

População e escravidão em três localidades do sul de Minas Gerais no século XIX: notas de pesquisa.

Mário Danieli Neto¹

Carolina Messias Cação²

Área temática: Brasil e América Latina século no XIX

Resumo

O presente artigo trata de uma pesquisa realizada com base nas listas nominativas de três localidades do atual sul de Minas Gerais e também com assentos de batismo de escravos encontrados na Paróquia de São José e Dores em Alfenas (MG). Foram coletadas informações sobre os cativos durante as décadas iniciais do século XIX. A base teórica da discussão encontra-se nos estudos de História Regional e também sobre as famílias escravas. Como resultados iniciais pretende-se comparar as condições socioeconômicas da região de Alfenas (MG) com outras localidades no mesmo período, além de analisar as condições de legitimidade e ilegitimidade e as origens da população escrava mostradas pela documentação pesquisada.

The present paper focuses in a survey in the census and baptisms records of slaves found in the parish São José e Dores – Alfenas –MG (Brazil). Were collected informations about the slaves during the early 19th century. The theoretical basis are the Regional History studies and also some works about the historical characteristics of the slave families. As preliminary results it is intended to compare the economics basis and social conditions in Alfenas (MG) with others areas in the Brazilian Southeast in the same period, as well as analyze the legitimacy and illegitimacy aspects and the origins of the slave population presented in the documentation

Palavras chave: Escravidão; Família Escrava, História Regional, Brasil Sudeste Século XIX.

Key Words: Slavery, Slave Family, Regional History, Brazil Southeast 19th century

¹ Professor Adjunto 3 de História do Brasil da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

² Licenciada em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

I - Introdução

Este trabalho trata da escravidão na região do atual município de Alfenas (MG) durante as três primeiras décadas do século XIX. Trata-se de uma pesquisa ainda em fase de desenvolvimento, sendo que, neste momento, analisamos as características populacionais da região no período estudado, assim como, discorreremos sobre a importância da escravidão na formação social que ali se apresentou. A documentação utilizada até o momento foi composta por listas nominativas (maços de população) e registros de batismos de escravos que estão nos livros conservados pela Paróquia São José e Dolores de Alfenas e que serviram de base para as indagações aqui propostas.

Esta documentação manuscrita foi dividida em duas etapas: primeiramente, tratou-se de analisar e comparar por meio das listas nominativas três localidades pertencentes na atualidade, à região do sul de Minas Gerais. Esses documentos cobrem os anos de 1833 a 1835. Esta etapa compôs o início deste trabalho, pois há uma certa dificuldade em caracterizar ainda que de modo incompleto, as condições demográficas e econômicas da região no início do século XIX. Estudos recentes vem trabalhando essas questões após 1850, restando, portanto, uma lacuna no que se refere às décadas iniciais dos oitocentos. Tal problema, em parte pode ser atribuído aos poucos registros manuscritos preservados e também pela heterogeneidade de condições econômicas e populacionais que marcam essa região, mesmo em localidades próximas umas das outras. Neste caso específico, trabalhamos com informações colhidas para três localidades: Areado, Alfenas e Cabo Verde, todas pertencentes ao município de Jacuí naquela época.

Em seguida, fizemos uma análise centrada na localidade de Alfenas, com foco na escravidão. Para tanto, utilizou-se dos registros de batismos de escravos para os anos de 1819 a 1836. Somente os assentos de batismo foram lidos, mas ainda há registros de casamentos e óbitos para este e para outros períodos do século XIX. No caso, foram trabalhados especificamente os batismos de escravos encontrados na paróquia São José

e Dores, discriminados por meio de livros próprios ou, em alguns casos, registrados junto com os de não escravos.

Este acervo foi pesquisado apenas parcialmente, mas revelou grandes possibilidades de trabalho acerca das condições socioeconômicas e históricas da região analisada. As análises aqui apresentadas buscaram sua fundamentação teórica nas discussões sobre História Regional e História das Famílias Escravas, temas que tem revelado potencial de desenvolvimento no campo da História Econômica.

A importância desta documentação reside no fato de ser material inédito para o estudo da história desta região do Sul de Minas, pois ainda há poucos estudos que tratem da escravidão nesta área no início do século XIX. Ao longo da pesquisa, procurou-se destacar da documentação analisada, as condições sociais e as relações familiares formadas a partir dos laços de batismo. Também foi de fundamental importância, perceber e evidenciar as origens africanas ou brasileiras dos pais dos escravos nascidos e registrados na paróquia São José e Dores de Alfenas, o que nos permitiu compor um interessante panorama da escravidão nesta região.

Assim, o texto está dividido em três sessões, sendo a primeira composta de uma abordagem inicial sobre as condições econômicas de Alfenas e das duas localidades selecionadas nas primeiras décadas do século XIX, utilizando documentação primária. A intenção básica nesta sessão é perceber como eram as condições socioeconômicas da região analisada para, num momento posterior da pesquisa, compará-las com as de outras áreas próximas, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. Uma segunda parte trata da escravidão na região sul mineira, com foco mais específico em Alfenas, fundamentando a discussão na documentação paroquial analisada sempre em relação com as discussões historiográficas sobre História Regional e História da Família Escrava. Finalmente, uma terceira sessão busca apontar algumas conclusões sobre a pesquisa feita até o momento e apontar possibilidades de ampliação da discussão sobre o tema.

II - Dados da população de Alfenas, Areado e Cabo Verde entre 1833-1835.

Trataremos a seguir de mostrar alguns dados sobre as características demográficas da região dos atuais municípios de Alfenas, Areado e Cabo Verde para o século XIX, mais especificamente, para os anos de 1833 e 1835, disponíveis no Arquivo Público Mineiro. Na documentação consultada, percebe-se que essas três localidades pertenciam, na época ao município de Jacuí, que também abarcava as localidades de Aterrado, São Francisco de Paula do Tejuco, Passos, Santa Rita, Sacra Família, São Joaquim, Carmo e Vila, conforme designações da época. Algumas dessas freguesias ou vilas mudaram de nome ou foram incorporadas a outras ao longo do século XIX, havendo a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada para localiza-las com precisão nos mapas atuais.

De acordo com Chaves, a criação de algumas vilas ao sul da capitania das Minas Gerais no século XIX, deu-se a partir de uma reconfiguração econômica decorrente do avanço das atividades agrícolas e pastoris na região. (CHAVES, 2012). No caso de Jacuí, ao qual pertenciam Alfenas, Areado e Cabo Verde além de outras localidades, foi elevada à vila em 1814 juntamente com Baependi no sul de Minas. Campanha, também desta região, foi elevada à vila em 1798 (CHAVES, 2013).

Pertencente ao município de Jacuí, Alfenas (antigamente São José e Dolores de Alfenas) no início do século XIX destacava-se por receber em sua paróquia os assentos de batismo, casamento e óbitos de localidades próximas, como Machado, Muzambinho, Cabo Verdes, entre outras menores, hoje pertencentes ao município de Alfenas.

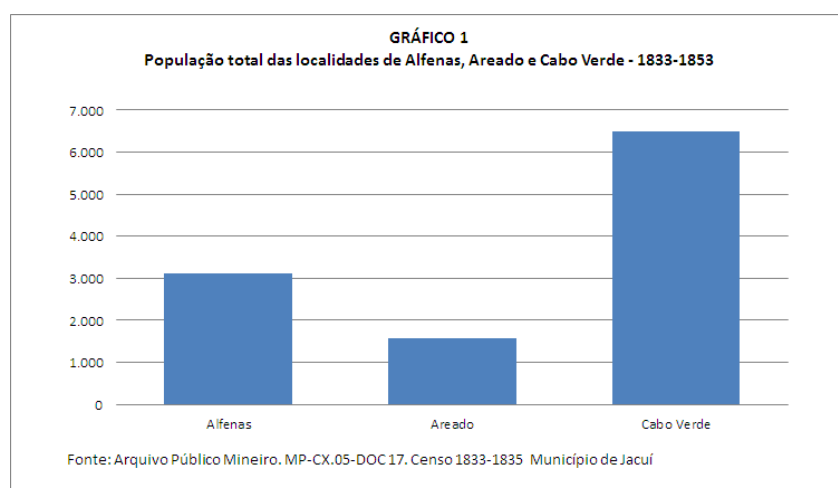
Já Areado, antigamente conhecida por São Sebastião do Areado era, no século XIX, um distrito ou termo de Alfenas, conforme se vê no trabalho de Marcos Lobato Martins (MARTINS, 2013:410).

Cabo Verde, outra localidade analisada neste trabalho, ao que tudo indica, era uma das vilas mais populosas do sul de Minas no início do século XIX.

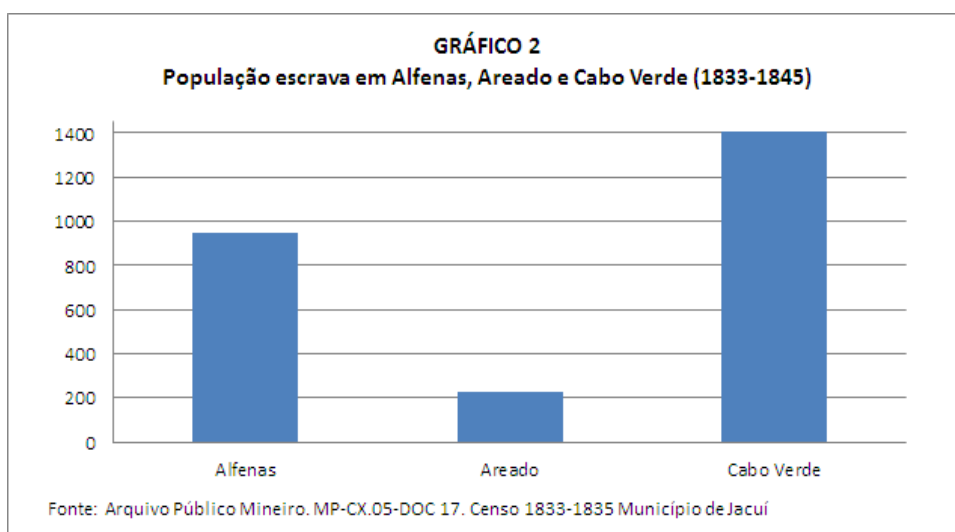
As observações a seguir foram feitas com base nos denominados Maços de População. Essa documentação tem grande importância para os estudos de História demográfica, História regional, História econômica. Trabalhos importantes e que

certamente hoje são considerados clássicos na historiografia dessas linhas de pesquisa, como os de Eni Mesquita, Marcílio, Luna e Klein entre outros tomaram como base essa documentação (MESQUITA, 1977. MARCÍLIO, 1974, LUNA & KLEIN, 2003), para citar apenas alguns, mostraram as possibilidades de análise histórica a partir do uso dessas fontes. Em Minas Gerais, essas fontes, ou ao menos parte delas, encontram-se sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, sendo que alguns documentos estão digitalizados.

Quanto aos aspectos populacionais, existem poucas referências para a região do sul de Minas Gerais para esse período, portanto, essa documentação mesmo com lacunas e com prováveis erros na contagem é de bastante importância, pois serve como base para a análise da ocupação territorial, destacando-se as características possíveis de serem levantadas por meio destas fontes acerca da população escrava. Analisamos aqui três localidades que, na época, faziam parte da região do Jacuí. São elas: Alfenas, Areado e Cabo Verde. As informações para estas localidades apontam que Cabo Verde possuía o maior contingente populacional, seguida por Alfenas e Areado, como se vê no Gráfico 1 a seguir.



A população escrava destas três localidades era de 2.577 indivíduos e estava também em maior número em Cabo Verde (54,48%), seguida por Alfenas (36,74%) e Areado (8,76%). O Gráfico 2 a seguir mostra a população total dessas áreas.



A partir desses números gerais, observaremos inicialmente as condições demográficas de Alfenas, em seguida Areado e Cabo Verde e, posteriormente, tentaremos compará-las.

Alfenas

Nos anos de 1833-1835 habitavam em Alfenas 3.116 moradores. Na lista nominativa pesquisada esse contingente está dividido nas seguintes categorias: brancos, pardos livres, pardos escravos, pretos livres e pretos escravos, cada qual subdividido por sexos, discriminando as faixas etárias de cada grupo e o estado civil (casados ou solteiros). A Tabela 1 a seguir foi elaborada a partir da documentação pesquisada. Nesta tabela observam-se os grupos populacionais divididos pela condição social (livres e escravos), pela cor de pele (brancos, pardos e pretos) e pelo sexo.

TABELA 1			
Alfenas - População			
População livre			
	Indivíduos	%	% pop. Total
Homens brancos	846	75,3	2,4
Homens pardos livres	243	21,6	7,8
Homens Pretos livres	34	3,0	1,1
Subtotal	1123	100	36,0
Mulheres brancas	815	77,9	26,2
Mulheres pardas livres	197	18,8	6,3
Mulheres pretas livres	34	3,3	1,1

Subtotal	1046	100	33,6
População Escrava			
Mulheres pardas escravas	64	16	2,1
Mulheres pretas escravas	340	84	10,9
Subtotal	404	100	13,0
Homens pardos escravos	49	9,0	1,6
Homens pretos escravos	494	91,0	15,9
Subtotal	543	100,0	17,4

Na Tabela 1, portanto, percebe-se que nos anos 1833-1835, da população total os indivíduos livres (incluindo pardos e pretos) perfaziam um total de 2169 e os escravos eram 947 indivíduos. Deste modo, a população escrava de Alfenas correspondia a 30,4% do total no período.

Os homens livres correspondiam a 36% da população total, sendo brancos (27,2%), pardos (7,8%) e pretos (1,1%). As mulheres livres representavam 33,6% da população total, sendo 26,2% brancas, 6,3% pardas e 1,1% pretas.

A população escrava (30,4% do total) era formada por homens pardos (1,6%) e pretos (15,9%). Por sua vez, as escravas dividiam-se em pardas (2,1%) e pretas (10,9%). Entre a população preta, os homens casados eram maioria na faixa dos 30 aos 60 anos enquanto o maior número de mulheres escravas casadas estava na faixa dos 15 aos 30 anos. A população escrava solteira era maioria sendo 389 homens e 238 mulheres. Havia um predomínio de mulheres jovens nesta categoria sendo que 52,1% estavam na faixa etária de 0 a 15 anos. No caso da população parda escravizada, os homens casados eram 12, sendo igual o número de mulheres casadas. Quanto à população parda solteira, as mulheres pardas escravas eram a maior parte nesta categoria ocorrendo um predomínio das jovens (entre 0 até 15 anos).

Temos ainda que a população branca era de 1661 indivíduos sendo 846 homens e 815 mulheres. Entre os homens, 33% da amostra eram casados e 67% solteiros. Já entre as mulheres brancas, as casadas representavam 33,7% do total do grupo e as solteiras correspondiam a 66,25%. Quanto às faixas etárias, a maior parte dos homens brancos casados estava entre os 30 a 60 anos, o mesmo ocorrendo com as mulheres

casadas. Havia maior número de mulheres brancas casadas na faixa dos 15 até 30 anos do que homens (120 mulheres para 67 homens). Havia ainda 15 mulheres com idades até 15 anos que eram casadas, mostrando uma tendência de contraírem matrimônio ainda jovens.

Quanto aos pardos livres, a população masculina representava 7,8% do total e a feminina 6,3% nos anos analisados. Entre as mulheres casadas, o maior número estava na faixa dos 15 até 30 anos e entre os homens casados, a maior parte estava entre os 30 até 60 anos.

Areado

Na localidade do Areado entre os anos de 1833-1835 a população total era de 1563 pessoas, das quais 85,5% eram homens e mulheres livres, enquanto 14,5% do total era composto por escravos de ambos os sexos. Entre a população livre masculina (42,7% da população total), os indivíduos brancos representavam 38,1%, enquanto os pardos eram 3,9% e os negros 0,7%. Quanto às mulheres, aquelas de condição livre eram 42,9% da população total distribuídas entre brancas (38,2%), pardas (3,8%) e pretas (0,8%).

Dos 226 escravos existentes na localidade neste período, havia predomínio dos homens (133 indivíduos) em relação às mulheres (93). Deste contingente, os homens representavam 58,84% e estavam divididos entre pardos (6,6%) e pretos (52,2%). Por sua vez, mulheres escravizadas constantes da amostra correspondiam a 41,15% do total de escravos, sendo que as pardas eram 6,2% e as pretas compunham 34,95% desta população.

Havia um certo equilíbrio entre a população branca que era casada, sendo que apenas três mulheres deste grupo estavam na faixa etária de 0 até 15 anos. Mulheres e homens solteiros e jovens predominavam entre os brancos, correspondendo a total de 773 indivíduos. Entre os pardos livres também havia equilíbrio entre os casados num total de 76 indivíduos. Os pardos solteiros eram ao todo 45, porém concentrados na faixa etária mais jovem (de 0 até 15 anos).

Não havia pardos escravos casados, sendo que os solteiros eram 29 indivíduos. Entre a população negra, os escravos casados eram 26 havendo enquanto os solteiros somavam 172 indivíduos com predominância dos homens neste grupo.

Os dados gerais da população do Areado podem ser observados na Tabela 2 na página seguinte.

TABELA 2			
Areado - população			
População livre			
	Indivíduos	%	% pop. Total
Homens brancos	595	89,2	38,1
Homens pardos livres	61	9,1	3,9
Homens Pretos livres	11	1,6	0,7
Subtotal	667	100,0	42,7
Mulheres brancas	597	89,1	38,2
Mulheres pardas livres	60	9,0	3,8
Mulheres pretas livres	13	1,9	0,8
Subtotal	670	100,0	42,9
População escrava			
Homens pardos escravos	15	11,3	1,0
Homens pretos escravos	118	88,7	7,5
Subtotal	133	100,0	8,5
Mulheres pardas escravas	14	15,1	0,9
Mulheres pretas escravas	79	84,9	5,1
Subtotal	93	100,0	6,0
Fonte: Arquivo Público Mineiro. MP-CX.05-DOC 17. Censo 1833-1835 Município de Jacuí.			

A próxima localidade a ser observada é Cabo Verde. Esta possuía o maior contingente populacional entre as três aqui selecionadas, tanto de livres como de escravos. Assim, a população total da localidade era de 6.488 pessoas, das quais 5.084 (78,36%) eram livres e 1404 (21,63%) eram escravizados.

Da população livre masculina (2556 indivíduos), os brancos representavam 80,1% desse total, os pardos 10,8% e os pretos 9,1%. A população feminina livre, com um contingente de 2.528 pessoas era composta por 82% de mulheres brancas, 10,2% de pardas e 7,7% de pretas.

Já os dados da população escrava mostram que, de um total de 1404, havia 796 homens e 608 mulheres. Entre os homens escravizados, os pardos representavam 13,4% desse total e os pretos 84,6%. A população feminina escravizada era composta por 17,6% de mulheres pardas e 82,4% de pretas.

Quanto ao “estado civil”, havia predomínio dos solteiros entre a população branca com um contingente maior de mulheres. Já entre os pardos livres, os casados compunham um total de 535 pessoas, enquanto os pardos escravizados que contraíram matrimônio eram 70 ao todo. Entre os escravos pardos havia 70 indivíduos casados e 104 solteiros.

No que diz respeito à população negra, entre os pretos de condição livre 192 eram casados e 235 eram solteiros. Entre os pretos escravos os casados eram 399 e os solteiros 791. Na Tabela 3 a seguir encontram-se os dados populacionais da localidade de Cabo Verde.

TABELA 3			
População - Cabo Verde			
População livre			
	Indivíduos	%	% pop. Total
Homens brancos	2048	80,1	31,6
Homens pardos livres	276	10,8	4,3
Homens Pretos livres	232	9,1	3,6
Subtotal	2556	100,0	39,4
Mulheres brancas	2074	82,0	32,0
Mulheres pardas livres	259	10,2	4,0
Mulheres pretas livres	195	7,7	3,0
Subtotal	2528	100,0	39,0
População escrava			
Homens pardos escravos	107	13,4	1,6
Homens pretos escravos	689	86,6	10,6
Subtotal	796	100,0	12,3
Mulheres pardas escravas	107	17,6	1,6
Mulheres pretas escravas	501	82,4	7,7
Subtotal	608	100,0	9,4
Fonte: Arquivo Público Mineiro. MP-CX.05-DOC 17. Censo 1833-1835 Município de Jacuí.			

III – Escravidão em Alfenas por meio dos registros de batismo.

Neste tópico discutiremos algumas características da população escrava em Alfenas a partir de uma pesquisa realizada com assentos de batismos localizados na Paróquia São José e Dores.

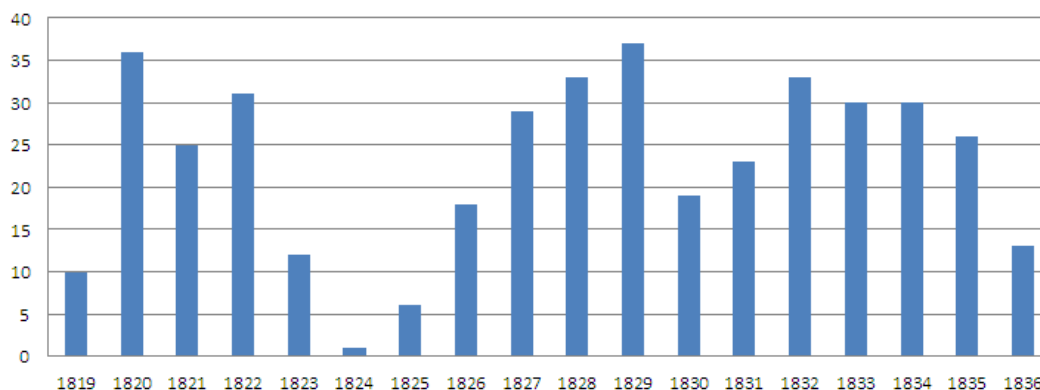
Foram analisados registros apenas de batismos de escravos entre os anos 1819 e 1836. Há lacunas consideráveis na documentação, mas o conjunto documental permite formar uma ideia das condições demográficas da população escrava em Alfenas e localidades próximas.

Ao todo, foram pesquisados até o momento, três livros de batismo perfazendo um total de 412 assentos de escravos. Cumpre lembrar que a paróquia guarda também documentação de casamentos e óbitos desde o início do século XIX, tanto da população livre quanto dos escravos. Esses outros livros ainda não foram pesquisados.

A Paróquia São José e Dores, também chamada nos documentos de “Capela” no período aqui analisado recebia pessoas de diferentes localidades para batizarem seus filhos, assim como recebia escravos e senhores de escravos que cumpriam ali seus deveres religiosos por meio do batismo. Das localidades encontradas, destacam-se Machado, Muzambinho ou Muzambo, Areado, Sapucaí e Cabo Verde. Algumas freguesias ou arraiais menores também aparecem, como por exemplo, Pântano, Pitangueiras, São Tomé, Bruacas e Coqueiros. A nomenclatura desses locais é a que aparece na documentação, havendo necessidade de uma pesquisa acerca dessas localidades atualmente, pois muitas mudaram de nome, se desmembraram ou foram incorporadas a outras. Há também vários casos de moradores em fazendas ou que habitavam nos arredores dos arraiais e vilas, constando dos assentos como “morador no caminho do Machado”, ou “morador dos subúrbios do arraial”.

A seguir, o Gráfico 3 mostra a quantidade de assentos constantes dos livros pesquisados. Alguns desses dados foram trabalhados e analisados no Trabalho de Conclusão de Curso da historiadora Carolina Messias Cação em 2014 (CAÇÃO, 2014).

Gráfico 3
Registros de batismos de escravos da Paróquia São José e Dolres (1819-1836)



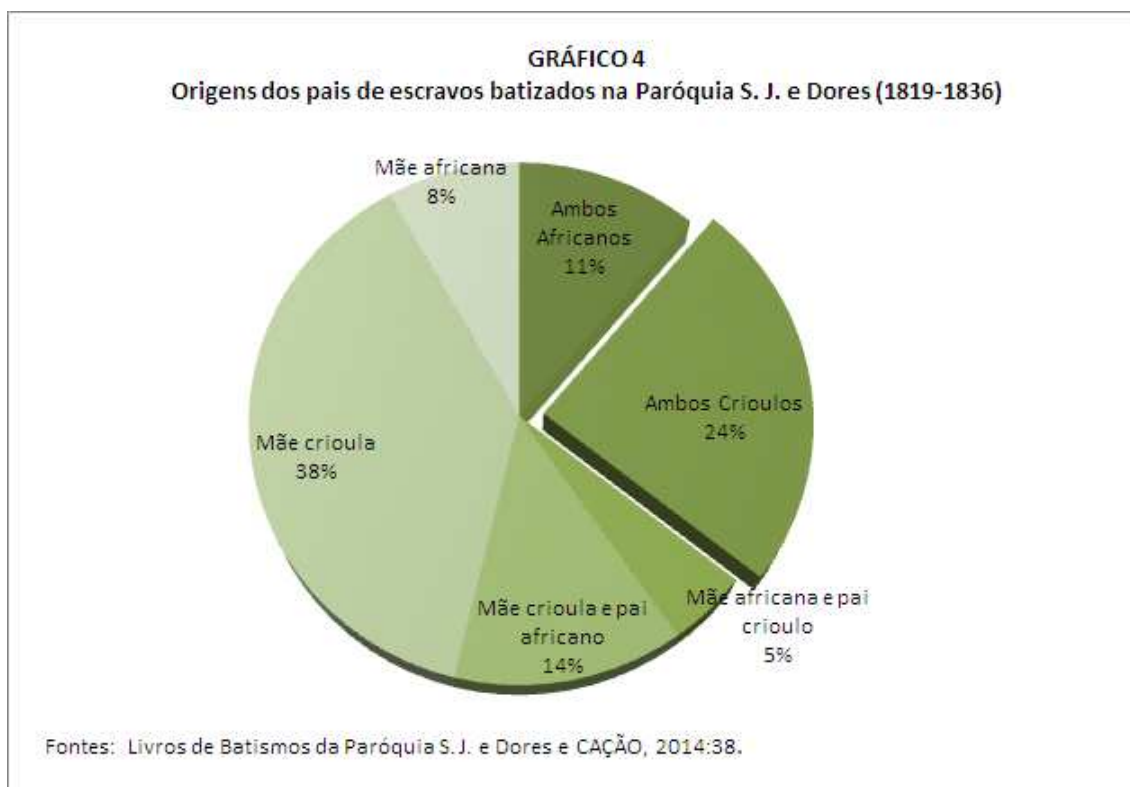
Fontes: Livros de batismo da Paróquia S. J. e Dolres e CAÇÃO, 2014: 36.

Dos registros analisados, podem-se fazer diferentes abordagens que remetem a discussões historiográficas recentes, como por exemplo, a composição das famílias escravas, as origens africanas ou crioulas dessa população e as localidades de onde vinha esse contingente. No espaço deste artigo, não será possível analisar todas essas variáveis, por isso apontaremos algumas possibilidades, limitando-nos a mostrar as origens africanas dessa população, seus locais de residência e alguns arranjos familiares possíveis de serem percebidos na documentação consultada.

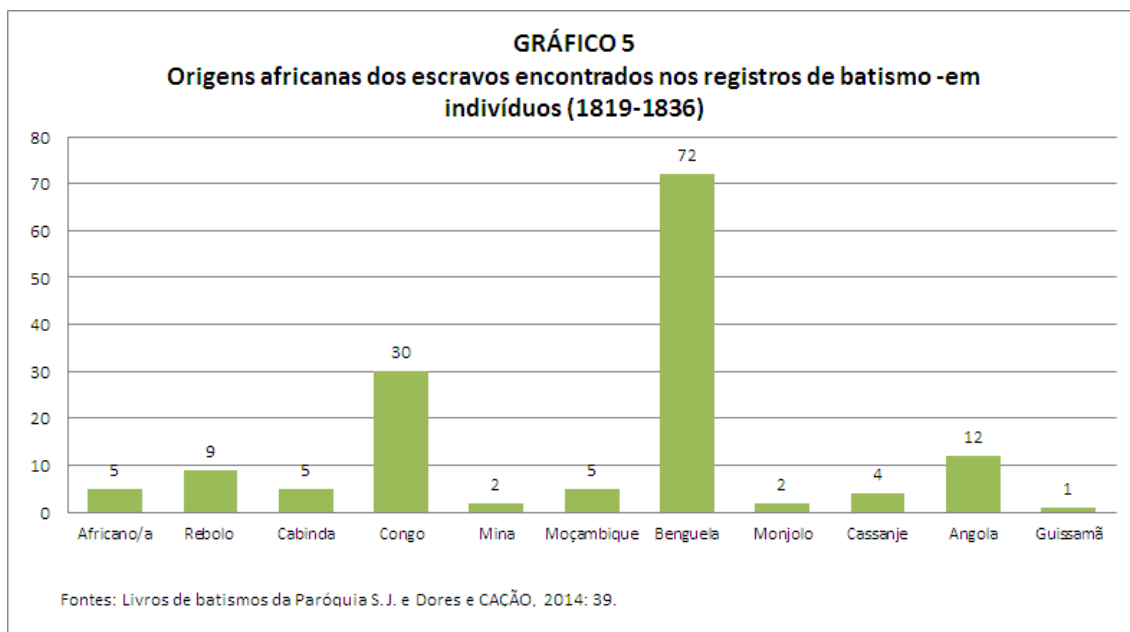
Quanto aos arranjos familiares, por exemplo, percebeu-se que havia dentre os registros de escravos analisados, um percentual de 54,18% de filhos legítimos e, portanto, 45,8% de filhos naturais, ou seja, aqueles em que o nome do pai está ausente no documento por tratar-se de união considerada “ilegítima” (casos de escravas mães solteiras, por exemplo). Neste caso, foram excluídos seis registros por se tratarem de escravos que foram batizados em idade adulta e, portanto, não constam dos documentos os nomes dos pais, impossibilitando saber se são legítimos ou naturais.

Quanto às origens dessa população, evidentemente, tem-se a informação sobre os pais desses indivíduos batizados na paróquia. Nem todos os 412 registros trazem essa informação. Dez assentos estão incompletos, portanto neste aspecto, trabalhamos com um total de 402 registros nos quais consta essa informação. Deste modo, percebeu-se que a maior parte (38%) era composta por mães crioulas, seguida pelos registros que

constam ambos os pais crioulos (24%). Para esse período (1819-1836) os assentos em que constam ambos os pais africanos perfaziam 11% da amostra. Já os batizados em que a mãe era crioula e o pai africano eram 14%, enquanto os que apontavam apenas mãe africana compunham 8% do total e os filhos que nasceram de mãe africana e pai crioulo eram 5%. Assim, evidencia-se que a população escrava em Alfenas, constante desses registros de batismo, era em sua maioria formada por escravos crioulos (62%), enquanto os de origem africana correspondiam a 19% do total de registros analisados. Já os arranjos familiares formados pela mistura de crioulos e africanos perfaziam também 19% do total. O Gráfico 4 mostra esses dados.



Com um pouco mais de detalhamento, verificou-se também a origem dos escravos africanos encontrados nesta amostra. Evidentemente, trata-se da nomenclatura utilizada na época que, como se sabe, corresponde na maior parte das vezes, aos portos de embarque e deportação e não ao local de nascimento desses escravos. Deste modo, verificou-se que dos 147 registros em que se encontra essa informação, havia uma predominância de escravos “Benguelas”, seguidos pelos “Congos” e “Angolas”, como pode se ver no Gráfico 5.



A historiografia da escravidão tem feito uso de documentação diversa (inventários, registros eclesiásticos, processos criminais, relatos de viajante, etc.), buscando compreender alguns aspectos cotidianos da vida dos escravos, entre eles, os relacionamentos familiares, sexuais e sociais entre os cativos, e também com seus senhores e outras pessoas de diferentes condições sociais. Porém, é necessário certo cuidado ao trabalhar com estas fontes, que como alerta Schwartz, tendem a deixar os escravos “mudos”:

Nos casos em que os escravos tiveram contato com as instituições do governo – a igreja, a municipalidade, o sistema judicial - foram mantidos registros e, assim, existe uma oportunidade de captar alguns aspectos do funcionamento interno das comunidades escravas. Permanece, porém, como em todos os escritos históricos, o problema de interpretação e da perspectiva, pois a importância desses contatos para o escravo e para a instituição, era, com frequência, bem diferente. (SCHWARTZ, 2001, p.263).

Neste momento, pretendemos analisar algumas das especificidades das fontes eclesiásticas pesquisadas em Alfenas, assim como as possibilidades que este tipo de fonte tem oferecido aos pesquisadores da família escrava no Brasil e, de forma mais específica, à contribuição dos registros de batismo para a presente pesquisa. Para isso,

algumas questões importantes trabalhadas pela historiografia serão analisadas de forma relacionada aos dados obtidos neste trabalho sobre Alfenas-MG.

No capítulo *História da Família e Demografia Histórica*, Sheila de Castro Faria, aponta algumas dificuldades envolvendo os estudos sobre as famílias no Brasil, destacando-se em diferentes períodos as dificuldades de acesso, lacunas na documentação, estado de conservação, etc. Para o século XIX, a autora conclui que essas fontes encontram-se, em muitos casos, acessíveis e relativamente bem conservadas. De fato, percebemos isso em Alfenas MG, porém, parte da documentação está deteriorada e o acesso, apesar de franqueado à nossa pesquisa, deve passar por autorização do pároco. (FARIA, 1997, p. 367).

Nesta pesquisa com os Livros de Batismo referentes à primeira metade do século XIX, da Paróquia de São José e Dores no município de Alfenas-MG, os documentos se encontram em bom estado de conservação, e organizados por data, informação esta que consta na capa de todos eles. Na pesquisa utilizamos os Livros 00, 01 e sem número, em que se encontram misturados os registros de batismo de livres e escravos, não seguindo as regras instituídas pela “legislação sinodal” que estabelecia algumas normas referentes aos registros eclesiásticos, entre elas, a separação dos registros de livres e escravos. Esta questão é analisada no trabalho de Aurelino José Ferreira Filho e Túlio Andrade dos Santos, que trabalharam um livro de registros de batismo da capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, no antigo arraial de Campo Belo, na atual região do Triângulo Mineiro. Neste trabalho são analisados 458 registros de escravos, que assim como no caso de Alfenas-MG encontravam-se misturados aos registros de livres no mesmo livro de batismo. (FERREIRA FILHO; SANTOS, 2011).

O trabalho de Ferreira Filho e Santos se assemelha bastante com a presente pesquisa, a não ser pela temporalidade, já que o foco do trabalho sobre o Triângulo Mineiro são os anos de 1835-1875, período posterior ao alcance deste trabalho para Alfenas-MG, que analisou os registros de batismo de 1819-1836. Porém, por se tratar de documentação seriada, os dados encontrados nos registros são praticamente os mesmos: nome do batizando, nome do pai (caso fosse declarado), nome da mãe, nome dos

padrinhos e condição social, idade, condição social e condição de legítimo ou natural. No caso destes registros analisados por Ferreira Filho e Santos, consta também a cor da criança, o que não ocorre no caso dos registros analisados nesta pesquisa. Nos registros de batismo de Alfenas, consta a localidade a qual pertencem os pais das crianças batizadas, mostrando que muitas pessoas de diferentes localidades vinham batizar seus filhos na Capela de S. José e Dores dos Alfenas o que contribuiu para analisarmos melhor, a importância que Alfenas tinha na região naquele período.

Outra questão interessante trabalhada por Ferreira Filho e Santos, é a da legitimidade, já que nos registros de batismo as crianças batizadas eram classificadas como legítimas ou naturais, as “crianças cativas legítimas – [eram aquelas] cujos pais possuíam casamentos sacramentado pela Igreja – e [as crianças cativas naturais eram], frutos de uma relação consensual não sacramentada pela Igreja.”. Tanto na região do Triângulo Mineiro, quanto no caso de Alfenas-MG, o número de crianças legítimas encontrados nos registros de batismo, é superior ao de crianças naturais. Como já mencionado, no caso de Alfenas, dos 412 assentos de batismo analisados, 220 eram de filhos legítimos e 186 naturais³. No caso dos registros de Campo Belo, analisados por Ferreira Filho e Santos, dos 458 assentos de batismo, 254 eram filhos legítimos, 162 filhos naturais, e 42 registros não apresentavam esta informação.

Estas informações são analisadas por Ferreira Filho e Santos, como um fator importante que atestam tanto a “forte presença da família estável (sacramentada pela Igreja)”, como, a presença de relações familiares fora dos “meandros da Igreja”. Os casamentos entre os cativos também dependiam da vontade do senhor, portanto, não se estendiam a todos os escravos, por outro lado, o grande número de registros de filhos naturais, frutos de relacionamentos consensuais não sacramentados pela Igreja, “revelam também a força destas relações para além do poder senhorial”. (FERREIRA FILHO; SANTOS, 2011, p.8).

Os casamentos entre os escravos, os casos das mães solteiras e dos filhos naturais são analisados por Márcia Cristina Vasconcellos, em seu trabalho sobre o

³ Em seis registros não foi possível classificar o batizado como legítimo ou natural por se tratar de escravos adultos, cujos assentos não constam dados sobre os pais.

Litoral Sul-Fluminense, em que aponta a tendência brasileira dos casamentos ocorrerem entre os escravos da mesma propriedade. Sendo assim, nas escravarias maiores a chance de encontrar parceiros era maior, enquanto nas pequenas propriedades é maior o índice de casos de mães solteiras. (VASCONCELLOS, 2002).

A hipótese reiterada por Vasconcellos (com base em outros trabalhos como os de Slenes e Schwartz, por exemplo), de que o tamanho das unidades produtivas e o tipo de produção influenciavam nas formas de relacionamentos, e na legitimidade entre os cativos, ajuda a explicar a pequena diferença entre o número de assentos de filhos legítimos e naturais em Alfenas-MG. Sabe-se, a partir de trabalhos como de Martins e Ferreira, que no século XIX o Sul de Minas contava com “unidades produtivas cujas posses de escravos eram de tamanho pequeno e médio” em que predominavam o cultivo de gêneros de abastecimento (MARTINS, 2013. FERREIRA, 2010.)

O predomínio das pequenas e médias escravarias na região de Alfenas-MG no século XIX pode estar relacionado, ao certo equilíbrio constatado entre os índices de filhos legítimos (220 casos) e naturais (186 casos) em que só consta no registro o nome da mãe⁴. Sendo assim, os filhos legítimos, cujos pais tinham a união sacramentada pela Igreja, representam 54,2 % dos casos analisados, enquanto os naturais, que eram fruto de uniões não sacramentadas pela Igreja, ou seja, filhos de “mães solteiras” representam 45,8 dos casos analisados nesta pesquisa. Nas regiões em que predominavam as grandes escravarias o cenário era outro, o índice de legitimidade era bem maior, devido a maior possibilidade de encontrar parceiros para estabelecer uniões estáveis. Em seu estudo sobre a região de Campinas no século XIX, Slenes analisa que “26% das mulheres acima de 15 anos são casadas ou viúvas nos plantéis pequenos, e 67% nos médios e grandes” (SLENES, 1987).

Estes dados analisados por meio dos registros de batismo demonstram a importância e as inúmeras possibilidades destas fontes para os estudos sobre a família escrava em diferentes regiões do Brasil, que vêm constatando diversas formas de organização familiar entre os escravos, além dos casos em que eram compostas por pais

⁴ Entre os filhos naturais, que só constava o nome da mãe nos registros de batismo, há uma predominância das mães crioulas (153 casos) em relação às de origem africana (33 casos).

e filhos, ou os casos de famílias comandadas pelas mães. A partir do cruzamento entre registros de batismo e inventários, Vasconcellos encontrou na região de Mambucaba/RJ quatro casos de famílias fraternas, envolvendo irmãos e outras pessoas, assim como em dois destes casos, a família era composta pelos pais viúvos e seus filhos, “o que elevava o número de cativos que não se encontravam sozinhos” (VASCONCELLOS, 2002, p.300).

A família escrava no Brasil passou a ser reexaminada na década de 1990, principalmente por brasilianistas inspirados na historiografia norte-americana, que a partir de novos métodos e novas questões influenciaram os estudos brasileiros, que passaram a analisar a questão familiar entre os escravos de forma mais ampla e aprofundada, extrapolando a ideia de famílias formadas por pais e filhos. Neste sentido, outros tipos de relacionamentos passaram a ser analisados como parte da vida familiar brasileira, como o compadrio, analisado por Schwartz como “firma de parentesco fictício”. (SCHWARTZ, 2001, p.265).

Em seu capítulo *Abrindo a roda da família: Compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia*, Schwartz, analisa características importantes sobre o compadrio inclusive em seu caráter espiritual. As análises feitas por Schwartz sobre a instituição do compadrio, e as especificidades regionais de Curitiba e da Bahia, contribuíram com questões interessantes para o presente trabalho. Embora esta pesquisa use como fonte apenas os registros de batismos de escravos, pudemos compreender por meio da análise destes registros, um pouco da importância, e algumas das especificidades que as relações de compadrio tiveram na região de Alfenas-MG.

A importância do ritual do batismo no mundo ibérico é apontada por Schwartz como uma característica fundamental das diversas formas de “parentesco fictício”, e “aos olhos da sociedade Cristã, o *compadrio* estabelecia laços espirituais entre os padrinhos e o cristão que acabara de ganhar um nome e passar pela iniciação e, no caso da criança batizada, entre os padrinhos e os pais naturais”. Neste sentido, é interessante analisar o significado do batismo, e das relações de compadrio, tanto para os escravos, como para os senhores. O batismo dos escravos era responsabilidade dos senhores, “já

que uma das principais justificativas da escravatura era a conversão dos pagãos e a salvação das almas”, e o batismo no contexto do catolicismo era a principal forma de tornar os indivíduos, fossem livres ou escravos, em membros da sociedade cristã. (SCHWARTZ, 2001, p. 265-268).

No início do século XIX o batismo de escravos tornou-se prática comum no Brasil, para os senhores era uma prática obrigatória para estar “em dia” com a Igreja e com a Coroa, que em períodos anteriores chegou a confiscar os escravos que não eram batizados⁵. O batismo dos escravos incluía tanto os africanos adultos que chegavam ao Brasil, como as crianças que aqui nasciam. Nos registros analisados da região de Alfenas no período de 1819-1836, a grande maioria dos assentos eram de crianças, dos 412 registros, apenas 6 eram de escravos adultos.

Para os escravos o batismo significava “a admissão no grêmio da igreja como etapa necessária para a melhoria de sua situação”, por meio do compadrio, os escravos tinham a oportunidade de melhorar sua situação, além, de fortalecer os laços familiares, de acordo com a escolha dos padrinhos. Tanto a escolha dos padrinhos como outras questões relacionadas ao batismo, foram regulamentadas pela Igreja no decorrer do tempo, embora não tenham sido sempre respeitadas:

Embora os métodos populares, como o de escolher vários casais de padrinhos, convidar o padre que realizava o batismo para ser o padrinho, ou escolher Nossa Senhora ou uma santa padroeira local como madrinha fossem proibidos pelo Concílio de Trento, eles custaram a desaparecer. No Brasil, os ritos da igreja foram codificados num sínodo de 1707 e publicados nas *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia* em 1720. Segundo este código, o pároco devia batizar o recém-nascido até oito dias após o nascimento. Cada criança devia ter somente uma madrinha (com mais de 12 anos de idade) e um padrinho (com mais de 14 anos de idade). Os pais da criança eram proibidos de ser seus padrinhos, bem como membros de ordens religiosas (com exceção das ordens que concediam títulos de cavaleiro). (SCHWARTZ, 2001, p.267).

⁵ “A principal legislação do império Português, as *Ordenações filipinas* (1603), exigiam que todos os senhores batizassem seus escravos africanos com mais de dez anos de idade no máximo em seis meses, e os que tivessem menos de dez anos no máximo um mês após a compra, caso contrário a Coroa os confiscaria. Os filhos de escravas nascidos em terras do rei de Portugal eram batizados na mesma época e da mesma maneira que as outras crianças recebiam o sacramento. Deixar de batizá-los resultaria no confisco pela Coroa.” (SCHWARTZ, 2001, p. 268).

Nos registros analisados em Alfenas-MG, a idade das crianças batizadas variou bastante, mas em sua maioria ultrapassaram os oito dias. Quanto aos padrinhos não encontramos nenhum caso em que foram escolhidas santas como madrinhas, mas houve um caso em que o capelão foi escolhido como padrinho⁶. Em nenhum registro foi encontrado mais que um casal como padrinhos, em poucos casos constava só o padrinho⁷, mas em nenhum caso só a madrinha. Encontramos em dois casos a presença de dois padrinhos, um deles é referente ao batismo de Ariana (01/03/1829), que tem como padrinhos, Salvador Francisco de Macedo e “fez às vezes de madrinha” Antônio Francisco de Oliveira⁸.

A escolha dos padrinhos, assim como outros aspectos do compadrio e da vida familiar dos escravos, vem sendo analisada por meio dos registros paroquiais em diferentes regiões do Brasil. Em seu estudo sobre o Recôncavo baiano, Gudeman e Schwartz, observam certos padrões na escolha dos padrinhos, entre eles, o fato de que os senhores não costumavam ser padrinhos dos próprios escravos, assim como seus parentes que raramente exerciam este papel, o que para Schwartz, indica que o compadrio não era usado, em geral, “para salientar os aspectos paternalistas da relação entre senhor e escravo”. (SCHWARTZ, 2001, p. 172).

Este padrão se repete em outros estudos feitos por Schwartz sobre a região de Curitiba-PR no período anterior a 1870, e em outras regiões da Bahia em 1835, porém, existem algumas exceções como Campinas, em que Robert Slenes concluiu que “não era incomum o laço de compadrio entre o senhor e os filhos de seus escravos”, apesar disso Schwartz aponta que “em todos esses estudos o índice de senhores que se tornaram padrinhos dos próprios escravos ficava em menos de um por cento do total”. (SCHWARTZ, 2001, p. 290).

⁶ Registro de batismo encontrado no Livro 01 (1824-1832) – O batizado de Romão ocorreu no dia 15/03/1829 seus padrinhos foram: Venâncio José da Siqueira (capelão) e Ana Joaquina do Espírito Santo.

⁷ Um destes casos consta no Livro 00 (1832-1836), e se refere ao batizado de Constantino no dia 25/07/1833, em que consta apenas o nome do padrinho: Antonio Benguela.

⁸ O assento de Ariana consta no Livro 01 de registros de batismo da Paróquia São José e Dores – Alfenas-MG.

O estudo desenvolvido por Schwartz sobre Curitiba-PR é bastante interessante e possibilita certa comparação com os dados analisados sobre Alfenas-MG. No que diz respeito às relações de compadrio em Curitiba, “de 1820 até a abolição da escravatura em 1888, a separação entre o *status* de senhor e o de padrinho continuava sendo a norma predominante na escolha de padrinhos. Só foram encontradas algumas exceções”. Dos 444 examinados neste período, somente em três deles os escravos foram batizados pelos próprios senhores, esta situação também se repete em relação aos parentes dos senhores, que em Curitiba entre 1685 e 1850, batizaram apenas 2,3 por cento dos escravos. (SCHWARTZ, 2001, p. 280-281).

Em Alfenas-MG, pudemos encontrar dados semelhantes para o período de 1819-1836. Dos 412 registros de batismo de escravos analisados nesta pesquisa, encontramos apenas 5 casos de escravos que foram batizados pelos próprios senhores, os casos em que o escravo foi batizado por parentes de seu senhor, representaram 0,9 por cento. Estes dados reforçam a hipótese de Schwartz de que “os registros de compadrio oferecem muito poucas provas de uma postura paternalista dos senhores de escravos brasileiros com relação aos escravos”. (SCHWARTZ, 2001, p. 290).

A escolha dos padrinhos seja pelo escravo, seja pelo senhor, tem seguido certos padrões, embora tenham sido encontradas nos estudos sobre as relações de compadrio, algumas variáveis que estão relacionadas à localidade, ao tipo de produção, ao tamanho das propriedades, a origem, a idade e o sexo dos cativos, além de fatores como o casamento e a legitimidade.

No caso dos escravos adultos, existe mais chance de que tenham participado na escolha de seus padrinhos, porém, muitos dos escravos adultos que foram batizados eram recém-chegados e ainda não tinham criado laços, o que tornava reduzida a chance de participarem da escolha dos seus padrinhos.

Em seu estudo sobre a região de Vila Rica no século XVIII, Donald Ramos analisou por meio dos registros de batismo de Ouro Preto, as relações de compadrio e o significado que tiveram naquele contexto. Ramos analisa um batismo coletivo, em que no mesmo dia seis escravos adultos, que pertenciam ao mesmo dono são batizados,

todos pelo mesmo casal de padrinhos que também eram escravos. Procedimentos deste tipo, segundo este autor, demonstravam que os senhores buscavam cumprir suas obrigações de cuidadores da vida religiosa da família, incluindo os próprios escravos, além do que, o batismo contribuía para a aculturação dos escravos novos (RAMOS, 2004, p. 52).

A hipótese defendida por Ramos, de que os senhores costumavam escolher padrinhos escravos para batizar os escravos adultos, é baseada em Schwartz, que também acredita que “para os escravos adultos recém- chegados, era bem mais provável que se tornassem afilhados de outros escravos do que no caso das crianças”. (RAMOS, 2004; SCHWARTZ, 2001, p. 272). Nos registros de batismo analisados em Alfenas-MG no período de 1819-1836, foram raros os casos de escravos adultos batizados. Foram encontrados apenas seis assentos, dos quais, em três casos, os padrinhos escolhidos eram livres, sendo que em um deles eram dois homens, em dois casos, ambos eram escravos e um dos casos, o padrinho era escravo e a madrinha forra.⁹. Os dados presentes nestes registros divergem de certa forma, de Ramos e Schwartz, já que mostram certo equilíbrio na escolha dos padrinhos. Mas há que se lembrar das diferenças regionais, visto que Vila Rica e Curitiba nos séculos XVIII e XIX possuíam características demográficas e econômicas distintas da pequena localidade sul-mineira analisada aqui.

Para o batismo de crianças, a escolha dos padrinhos costumava ter uma variação maior, “os filhos de escravos tinham padrinhos livres, libertos e escravos”, já que “havia uma espécie de categoria de compadrio que reproduzia a hierarquia de status e cor da sociedade (...)”. (SCHWARTZ, 2001, p. 272). Esta variação na escolha dos padrinhos, entre livres, escravos e libertos, pode ser explicado pelas diferentes funções que o compadrio desempenhou no decorrer do tempo, ou seja, a possibilidade de

⁹ Os seis assentos estão no Livro sem número de registros de batismo da Paróquia de São José e Dores – Alfenas-MG e são referentes ao batismo de: Antonio, escravo de Nação – Padrinhos: Francisco de Nação e Ana Custódia cabra forra; Mariana Moçambique – Padrinhos: Miguel de Nação escravo de João de Souza Freire e Joaquina Crioula solteira; Antonio, escravo de Nação Congo – Padrinhos: Domingos Moreira (casado) e José Luiz (solteiro); Maria de Nação – Padrinhos: Bento Vieira Silva (solteiro) e Ana; Joaquina de Nação – Padrinhos: Pedro e Maria escravos do Reverendo Venâncio José de Siqueira; e Pedro, escravo de Nação – Padrinhos: João dos Reis Neves e Maria Madalena.

estabelecer relações de solidariedade com pessoas de sua própria classe social ou com pessoas de posição social mais elevada. Para os escravos, o compadrio poderia significar também a oportunidade futura de liberdade ou de proteção pelo apadrinhamento (FREIRE, 2010, p.10) (ROCHA, 2004, p. 124). (2010; 2004, apud FERREIRA FILHO; SANTOS, 2011, p.9).

No caso de Alfenas esta variação também pôde ser percebida, já que existiu certo equilíbrio nas escolhas dos padrinhos, entre casais livres, forros e escravos, assim como alguns casos específicos, de padrinhos livres e madrinhas escravas, assim como o contrário também aconteceu. No caso dos padrinhos escravos, nem todos os registros constava o nome do dono, mas em muitos casos, os padrinhos escolhidos pertenciam ao mesmo dono dos pais da criança batizada, o que revela de certa forma, a criação e o fortalecimento dos laços familiares e de amizade entre os cativos por meio do compadrio.

As relações de compadrio, assim como todo o processo de escolha dos padrinhos seguiram certo “padrão”, mas também contaram com especificidades que estão ligadas a diversos fatores, sendo assim, é importante ressaltar os diferentes significados que as relações de compadrio tiveram tanto para os senhores, como para os escravos, contribuindo e transformando as relações entre as diferentes camadas da população (SCHWARTZ, 2001, p.292).

Tanto as relações de compadrio, como a formação de famílias entre os cativos, seguiram alguns padrões de acordo com fatores como a localização, o tipo de produção e as especificidades de sua escravaria. Estes fatores foram analisados na presente pesquisa, com o objetivo de compreender algumas características da vida familiar e das relações sociais dos cativos que viveram na região de Alfenas-MG. A possibilidade de analisar estes dados de forma comparada a outros estudos é muito interessante, pois revela algumas semelhanças entre as diferentes regiões, assim como revela algumas especificidades de cada caso.

As análises de Schwartz sobre a região de Curitiba como já demonstrado anteriormente, possibilitam interessantes comparações com a região de Alfenas-MG. A

região de Curitiba tinha “pouca ligação ao setor de exportação (...), a extração de ouro continuava sendo atividade importante (...). Em 1750, contudo, a economia local já estava definitivamente voltada para a produção e criação de gado e de produtos agrícolas.” (SCHWARTZ, 2001, p. 274). A economia curitibana se assemelha em alguns aspectos a alfenense, que também tinha uma produção bastante diversificada, com predomínio da agricultura de abastecimento, e a pecuária, que se apoiavam em grande parte no trabalho compulsório.

A população escrava tanto de Curitiba quanto de Alfenas estava distribuída em pequenas e médias propriedades, e contavam com mais escravos crioulos do que africanos; “por volta de 1830, quase 85 por cento dos escravos do Paraná eram *crioulos*, e não africanos” (SCHWARTZ, 2001, p. 275). No período analisado nesta pesquisa (1819-1836), também foi possível encontrar mais crioulos, do que africanos na região. A partir dos registros de batismo foram analisadas as origens dos pais dos escravos batizados como casais, e não individualmente. Sendo assim, somados os casos em que ambos os pais eram crioulos, com os casos em que só constavam a mãe (filhos naturais) e esta era crioula, temos 251 registros, em contraponto, usando estes mesmos dados para os casos de origem africana, temos 78 registros.

A “crioulização” das escravarias é analisada por Marcos Ferreira de Andrade tendo como base a escravaria de uma “senhora de muitos negros”, Isabel Maria do Espírito Santo que possuía 259 escravos, destes 77 eram africanos, 149 crioulos e 33 não tiveram a origem mencionada. Para Andrade, a maior presença de crioulos entre estes escravos, estava relacionada ao grande número de escravos que viviam nesta propriedade, e talvez “por se tratar de unidades produtivas mais antigas”. No caso de Alfenas e Curitiba, a primeira hipótese não se aplica devido ao predomínio das pequenas e médias escravarias em ambas as regiões, porém, mesmo com o predomínio de propriedades que contavam com poucos escravos (se comparados à propriedade de Isabel Maria do Espírito Santo), era bastante provável, que houvesse “o investimento na formação de famílias e no crescimento natural dos escravos [o que] era uma boa estratégia de reposição e ampliação da mão-de-obra escrava”. (ANDRADE, 2008, p.275).

A composição da escravaria se diferencia nas regiões em que predominavam as grandes propriedades, em que grande número de escravos se concentrava “nas mãos de poucos proprietários”. Esta situação pode ser analisada na região de Campanha-MG localizada no Sul de Minas Gerais, teve grande importância política e econômica no século XIX. A produção campanhense era bastante dinâmica, e voltada tanto para o abastecimento interno, como para o abastecimento da Corte, além de atender o mercado internacional. As características da região de Campanha são bastante específicas, e não se aplicam a todo o Sul de Minas, e nem mesmo a toda província de Minas Gerais, em que eram mais comuns as pequenas e médias propriedades.

Em seu estudo sobre a região de Campanha-MG, Marcos Ferreira de Andrade analisa por meio das listas nominativas (1831-1832), dos assentos paroquiais, e de alguns inventários, algumas características relativas à composição das escravarias. Na região de Campanha, a população cativa era bastante numerosa, e em alguns distritos analisados por Andrade, chegaram a representar mais de 60% da população total. Ao analisar a origem destes escravos, Andrade concluiu que o índice de escravos de origem africana na região era bastante alto, já que em todos os distritos analisados por ele, pelo menos 45% dos escravos, eram de origem africana, e em muitos deles os escravos africanos representavam mais de 60% da população cativa, mostrando a inserção da região nos circuitos de tráfico internacional (ANDRADE, 2008, p. 278).

Em seu trabalho sobre a região de Porto Feliz-SP, Roberto Guedes analisou que “entre 1798 e 1843, a maior presença africana entre adultos constata que a população escrava se reproduziu basicamente por importação de cativos, o que se deve ao peso da lavoura açucareira”. Durante o século XIX a população de Porto Feliz cresceu bastante, e teve “maior absorção de africanos (...) devido a unidades canavieiras, as maiores responsáveis pela compra de escravos”. (GUEDES, 2008, p. 131).

Esses escravos que chegavam à região por meio do tráfico atlântico eram na maior parte absorvidos pelas grandes escravarias. Os pequenos proprietários sempre foram a maioria na região, somados aos médios proprietários até 1815 representavam

cerca de 85% dos proprietários e possuíam mais da metade da escravaria. Porém, Guedes analisa a mudança desta situação, já que “a partir de 1818 os cativos passam a viver majoritariamente nas grandes escravarias” (GUEDES, 2008, p. 131)

Para se ter uma ideia destas alterações na estrutura de posse dos escravos, alguns dados analisados por Guedes são interessantes: “Em 1789, os grande senhores eram 8,2% do total e tinham 31,3% da escravaria da vila, mas, em 1829, os percentuais são, respectivamente, de 26,3% e 70%. Ainda em 1843, eram 19,3% dos proprietários com 62,3% da escravaria”. Estes grandes proprietários que concentravam a posse de escravos, eram na grande maioria cultivadores de cana, “majoritariamente os senhores de engenho, já que ocorreu uma elitização da produção de açúcar”. (GUEDES, 2008, p. 133).

Assim como outras características analisadas, a origem dos escravos também manteve algumas especificidades, principalmente de acordo com a localidade, o tipo de produção e as estruturas de posse das escravarias. Por fim, é interessante destacar as diferentes regiões de origem entre os escravos africanos, que foi possível devido à presença destas denominações após os nomes dos cativos, o que inclusive os diferenciava dos livres, que possuíam sobrenomes, e dos libertos que apesar de constar a origem após o nome, eram normalmente seguidas da palavra forro.

Nesta pesquisa com os registros de batismo de Alfenas-MG, a presença destas denominações foi de grande importância, já que pelo nome foi possível identificar a condição social das pessoas que foram batizadas, e de seus pais no caso das crianças, que nesta pesquisa eram a grande maioria, facilitando a separação dos registros, já que se encontram misturados entre livres, libertos e escravos.

Entre os escravos africanos que viveram na região de Alfenas-MG, as regiões/portos de origem mais comuns foram: Angola, Benguela e Congo. O uso do termo “de Nação” também esteve presente em muitos registros analisados, em poucos casos este termo foi complementado pela região de origem. É importante destacar que “como tem alertado a historiografia, esses termos não correspondem a denominações

étnicas, pertencem a uma nomenclatura do tráfico e referem-se a regiões ou a portos da África”. (ANDRADE, 2008, p. 282).

Em seu trabalho sobre a região de Campanha-MG, Marcos Ferreira Andrade faz importantes constatações a partir da produção historiográfica sobre o tema, “estudos recentes têm demonstrado que, desde a segunda metade do setecentos, ocorreu uma mudança na rota do tráfico, passando a predominar os escravos oriundos do centro-oeste africano, em especial os angola”. (ANDRADE, 2008, p. 282). Andrade analisa que a região do centro-oeste africano era dividida em três regiões principais: Congo Norte (Cabinda), Angola e Benguela.

A procedência dos cativos que chegaram a Minas Gerais no século XIX também foram analisadas por Andrade, de acordo com os registros de escravos que chegavam aos portos do Rio de Janeiro, e que tinham em grande parte como destino Minas Gerais, “ao analisar uma lista de remessa de escravos para Minas Gerais, entre 1831-1832, Mary Karasch encontrou os seguintes percentuais: 40,6% do centro-oeste africano, 38,4% da costa oriental e 7,5% da África Ocidental”. (2000, apud ANDRADE, 2008, p. 283). A procedência dos cativos de algumas localidades de Minas Gerais, também é analisada por Andrade e indica que nos termos de São João del Rei, São José del Rei, Vila Rica, Mariana e Diamantina a maioria dos escravos introduzidos eram procedentes da África Central Atlântica (ANDRADE, 2008, p.283).

Estes dados também se repetem no estudo de Andrade sobre Campanha-MG, “em todas as freguesias, o percentual de cativos dessa área quase sempre ficou acima de 90%, com predominância para os angola, os banguela e os benguela”. A partir destes dados, Andrade conclui que:

Os dados apresentados reforçam as evidências de que o sul da capitania e, depois, província de Minas Gerais participou intensivamente do tráfico internacional nas primeiras décadas do século XIX e, em muitas vilas e distritos a população escrava de origem africana atingia percentuais comparáveis aos das áreas de agro exportação. Seguindo as tendências do tráfico internacional, esses escravos eram procedentes, em sua maioria, da África Central. (ANDRADE, 2008, p. 286).

Os dados apresentados por Marcos Ferreira de Andrade, sobre algumas localidades de Minas Gerais, e mais especificamente sobre Campanha, foram de grande importância nesta pesquisa, devido à questão temporal, e a localização próxima, já que ambas fazem parte do Sul de Minas. Embora Campanha-MG, como já analisado tenha sido uma região de grande importância na economia sul-mineira do século XIX, contando com grandes escravarias, e tenha alcançado grande notoriedade, alguns fatores da composição de sua escravaria, foram muito parecidos, com as características dos cativos de Alfenas-MG, que tinha sua produção voltada para o abastecimento e contava com pequenas e médias escravarias. Sendo assim, os padrões analisados por Andrade também puderam ser percebidos nesta pesquisa, que a partir dos registros de batismo, pôde analisar algumas características importantes dos escravos que viveram na região, indicando que embora em menores proporções a região de Alfenas-MG, também teve sua participação no tráfico internacional de cativos, e seguiu seus padrões.

Fontes e Referências Bibliográficas

Fontes

Acervo da Paróquia de São José e Dolores. Livros de assentos de batismo da Paróquia São José e Dolores de Alfenas-MG, 1819-1836 - Livros 00, 01 e “sem número”.

Maços de População. Arquivo Público Mineiro. MP-CX.05-DOC 17. Censo 1833-1835 Município de Jacuí (Aterrado, Ventania, São Francisco de Paula do Tejuco, Passos, Santa Rita, Alfenas, Sacra Família, São Joaquim, Cabo Verde, Carmo e Vila). Disponível em:

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/mapas_populacao/brtacervo.php?cid=407. Acessado em: 2/4/2015.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

CAÇÃO, Carolina Messias. As relações sociais e a formação das famílias cativas em Alfenas-MG: uma análise através dos registros de batismo (1819-1836). Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), 2014.

CHAVES, Edneila. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: a região Norte. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p.817-845, set/dez 2013.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA FILHO, Aurelino José; SANTOS, Túlio Andrade dos. Famílias Cativas no Pontal do Triângulo Mineiro- MG: Registros de batismo e matrimônio de escravos no antigo arraial de Campo Belo, 1835-1875. Anais do II Congresso Internacional de História da UFG/ Jataí –GO, 2011.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & Senzala. São Paulo: Global, 2003. 48^a ed.

GUEDES, Roberto. Egressos do Cativo: Trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LUNA, Francisco Vidal and KLEIN, Herbert. Slavery and the Economy of São Paulo (1750-1850). Stanford University Press, Stanford, California, 2003.

MARCÍLIO, Maria Luíza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836. Tese de Livre-Docência, mimeo, São Paulo, 1974.

MARTINS, Marcos Lobato. A agricultura diversificada e a introdução do café na Vila Formosa de Alfenas, MG: décadas de 1850-1890. In: XV Seminário sobre a Economia Mineira, 2012, Diamantina. Anais do XV Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2012.

MARTINS, Marcos Lobato. Plantar, Pastorar e Fiar na Vila Formosa de Alfenas, MG: Décadas de 1850-1890. Est. Econ., São Paulo, vol. 43, n.2, p. 397-429, abr.-jun. 2013.

MARTINS, Marcos Lobato. Três visões oitocentistas do Sul de Minas: situação e perspectivas regionais. In: XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG), 2012, Mariana-MG. Anais do XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG). Mariana-MG, 2012.

MARTINS, Marcos Lobato; SOUZA, André Silva de. Notas sobre as propriedades rurais de Alfenas, MG: décadas de 1860-1880. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. (orgs.). Sul de Minas em transição: A formação do capitalismo na passagem para o século 20. Bauru, SP: Edusc, 2012.

MESQUITA, Eni de. O papel do agregado na região de Itu – 1780-1830. Coleção Museu Paulista, (Série História), v.6, 1977, p. 9-121.

NORONHA, Mariana Selena Gregatti de; MARTINS, Marcos Lobato. O debate sobre o trabalho escravo, o abolicionismo e o trabalho livre no Sul de Minas (décadas de 1870-1880). In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. (orgs.). Sul de Minas em transição: A formação do capitalismo na passagem para o século 20. Bauru, SP: Edusc, 2012.

PASCOAL, Isaías. Economia e trabalho no sul de Minas no século XIX. Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 2 (30), p. 259-287, ago. 2007.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo, Brasiliense: Publifolha, 2000.

RAMOS, Donald. Teias Sagradas e Profanas, o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. Revista Varia História, Belo Horizonte, v. 31, p. 41-68, jan. 2004.

SCHWARTZ, Stuart B. Escravos, roceiros e rebeldes. Tradução de Jussara Simões. Bauru, SP: Edusc, 2001.

SLENES, Robert (1987). Escravidão e Família: Padrões de Casamento e Estabilidade Familiar numa Comunidade Escravista (Campinas, Século XIX). *Estudos Econômicos*, vol. 17, nº 2, pp. 217-227.

SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VASCONCELLOS, Márcia Cristina de. Casar ou Não, Eis a Questão. Os Casais e as Mães Solteiras Escravas no Litoral Sul-Fluminense, 1830-1881. Revista Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, v.2, p. 291-316, 2002.